



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 38

Sessão Extraordinária de Maio

Reunião de 25-05-2007

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, José António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Joaquim dos Santos Abreu, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Sesnando Alves dos Reis, Jorge Manuel do Nascimento e Carlos Mário de Magalhães Anileiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Vogal Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Bastos Marques Rodrigues.

O sucedâneo na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

“Querida dar-vos conhecimento, que este nosso atraso no início dos trabalhos, se deveu a uma reunião com os líderes dos grupos municipais e foi proposto, que houvesse a redacção, que fosse realizada uma carta, a redacção de uma carta, pelos líderes dos grupos municipais, no sentido de manifestar o interesse da Mesa da Assembleia e também a concordância da Câmara, no sentido de se proceder a uma modificação do traçado, da primeira fase da ligação ferroviária ao Porto de Aveiro, no perfil Olho de Água, até antes das pirâmides.

Como os líderes parlamentares estiveram de acordo, relativamente à redacção desta carta, que será subscrita pela Presidente da Assembleia e seus secretários, com a concordância da Câmara e ficaram incumbidos, - os líderes, de elaborarem esta carta, eu pedia que se reunissem os líderes, de acordo com as suas próprias conveniências, que ajustarão, no sentido de fazerem essa redacção e depois essa redacção provisória, ser revista pela Mesa, que dará no final a redacção definitiva.

Por isso deixávamos agora de fazer intervenções sobre a matéria, porque os líderes municipais, fariam chegar a cada um dos elementos do seu grupo, o teor da carta que ficará ao encargo obviamente, de quem concordou elaborá-la.

A Mesa atribuí, cinco minutos para explicar o assunto, não há possibilidade de esclarecimentos, nem de outros incidentes regimentais. Cinco minutos, acabam os cinco minutos e entramos na nossa Ordem de Trabalhos.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³

“É muito rápido, porque há alturas que nós aqui e a bem de Aveiro, temos de esquecer as nossas divergências partidárias e as nossas cores partidárias e temos de ter coragem para prosseguir políticas comuns, que sejam engrandecedoras da nossa terra. Creio que hoje é um desses dias e o único dia em que podemos fazer isso, porque é o dia limite para se fazer isso.

A causa é justa, penso que merecerá o apoio, empenhado de todos nós. Muito simplesmente para não perder tempo, como sabem e após muitas vicissitudes foi finalmente adjudicado, a primeira fase da ligação ferroviária do Porto de Aveiro. Foi adjudicada à Empresa Somage. Obra importantíssima, não vamos aqui falar dela, há muito tempo desejada, com os impactos positivos, que toda a gente reconhece. O projecto que foi posto a concurso prevê, como é consabido, a construção de um viaduto, - mas aqui a parte que interessa é o troço entre o Olho de Água e as pirâmides, que ficará nesse troço, o perfil a cerca de um metro e meio acima da cota da A25, o que mesmo com a execução da tal estrutura que eles chamam de transparente, vai criar um importante impacto, limitando a visão, de que todos usufruímos, quando entramos em Aveiro pela A25 e nos dirigimos a poente, principalmente aqueles que nos visitam e que levam obviamente, uma opinião que é formada sobre Aveiro, que é o impacto da entrada.

Todos aqui sabem o que me bati, para que essa obra que tantas horas me tirou de sono, fosse executada. Todos sabem os boicotes que sofreu e quem os fez. Mas agora que se vai iniciar a sua construção, estou triste e preocupado, por causa dos irreversíveis impactos visuais, negativos que esta obra, - não a que estava prevista, vai acarretar.

E se a ligação ferroviária ao Porto de Aveiro é importante, não só para que seja alavancado o desenvolvimento sustentado do Porto e sejam obtidas melhorias ambientais significativas, mormente na circulação rodoviária nesse troço da A25, não queremos nem podemos nunca tolerar, que uma obra boa e benéfica, seja transformada numa obra má e sejam cometidos erros irreparáveis e criados empecilhos visuais, que nos atormentarão para o resto dos nossos dias.

Ainda é possível evitar este erro! Para tanto basta que agora, mas tem que ser neste momento, que foi adjudicada a obra e antes que sejam feitos os primeiros autos, que o empreiteiro a quem foi adjudicada, apresente uma proposta de alteração do projecto, economicamente favorável,

ou economicamente vantajosa (é assim que se diz) e que esta possa merecer o acordo do dono da obra.

Certamente se for reposta a situação inicial, isto é, passar de viaduto outra vez para o nível do terreno, é preciso não esquecer que ao passar do nível do terreno para viaduto, deu um aumento do custo da obra de cerca de três milhões de contos e portanto é obvio que aqui se poderão recuperar alguns dinheiros, que são necessários para outras coisas.

Nesse sentido, para que isto possa ser feito, sugiro que esta Assembleia, na pessoa da sua Presidente, que a todos representa, solicite ao empreiteiro, ao dono da obra, à APA e à Câmara Municipal de Aveiro, sendo certo que já colhemos os pareceres da Câmara Municipal de Aveiro, e eu próprio falei com o Presidente da APA e obviamente são altamente favoráveis a esta alteração, o próprio Presidente da APA está preocupado com a obra, porque não quer deixar ali aquilo, a APA ficar ligada a uma obra, que toda a gente todos os dias, vai passar por lá e dizer – olha o que fizeram para aqui! - E que seja feita uma alteração economicamente favorável ao projecto, salvaguardando as condições de segurança desejadas pela SIMRIA, permitam evitar os cerca de 2 quilómetros de viaduto, entre o Olho de Água, portanto entre a linha do norte onde ela descerá e aqui esta zona, já perto do Polis, onde ela tem de ganhar os tais 1%, para depois passar o canal das pirâmides, à cota da A25, nessa zona.

Podiam-se assim reduzir os custos da obra, em vários milhões de euros, diminuir o tempo de construção, é engraçado porque o outro projecto está feito e mereceu inclusivamente parecer ambiental favorável e obviamente impedir o impacto da execução da obra, que sendo em pilotes, vai ter um impacto de construção muito superior, é preciso esburacar aquilo, certamente até aos vinte e tal metros imaginam as consequências que isto vai ter naquela zona e portanto penso que só assim, podemos contribuir, para que isto possa acontecer.

Poupa-se tempo, cerca de nove meses, é o que estará previsto para diminuir em tempo, da execução da obra. Diminuem-se os custos. Nunca mais é visível porque prevê-se e vocês todos conhecem aquela zona, que foi inclusivamente cheia de pedras, a cobrir o tubo da SIMRIA e que ela própria arranjou vegetação, e portanto passado um ano ou dois não se vê a linha, portanto, o comboio passa. É preciso não esquecer que o comboio vai passar ali a 30 quilómetros hora e podemos exigir uma coisa nisto, já que eles vão poupar dinheiro, nós podemos exigir uma coisa: - é que fique feita a primeira estação (ou apeadeiro, como lhe queiram chamar) do futuro metropolitano de superfície de Aveiro, que no meu entender deverá ser feito na parte norte, portanto na parte norte da A25, mas naquela zona onde já existe uma ponte pedonal, que passa ao IP5, ali ao pé do canal de São Roque; portanto do lado de lá já ficar o apeadeiro feito, que ao fim e ao cabo é uma agulha com cerca de mais duzentos metros de linha, onde se possa desenvolver um futuro metropolitano de superfície de Aveiro.

Penso que a alteração deste projecto, isto que estou a propor é uma coisa que deve merecer o acordo de todos os aveirenses e nomeadamente das pessoas de boa fé, e empenhadas, no desenvolvimento sustentado de Aveiro que aqui estão.

Era por isso que eu solicitaria que todos de acordo, pedíssemos à Assembleia, na pessoa da sua Presidente, que pudesse assumir esta responsabilidade, certo que os aveirenses, no futuro lhe vão agradecer.”

Presidente da Mesa ²⁴

“Fica então acertado que os senhores líderes se irão juntar para elaborar a redacção de uma carta que será subscrita pela Mesa e dirigida às entidades. Peço que acertem as vossas agendas no sentido de elaborar a referida carta.”

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária de Maio, cujo ponto único se transcreve:

PONTO ÚNICO – ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DA AUDITORIA MANDADA EFECTUAR PELA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO.

Para apresentação do documento em epígrafe, usaram da palavra por parte da Câmara Municipal:

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵

“Permitam-me que inicie esta intervenção, com uma pública palavra de gratidão a todos os membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, pelo apoio prestado e pela solidariedade manifestada, uma vez mais recentemente, num momento familiar que não foi fácil, nem está a ser fácil. Obrigado pela vossa ajuda e pela vossa amizade. Se nós, quando contamos com a ajuda e amizade de alguém é sempre importante, nestes momentos, podem ter a certeza é ainda muito mais importante.

Quanto ao assunto central desta Assembleia, a auditoria e o relatório da auditoria, permitam-me que proceda a uma sumária apresentação, a qual dividirei em quatro momentos. Primeiro momento tem a ver com os prazos de execução da auditoria. Um segundo momento com a apresentação desse documento. Terceiro momento com uma síntese dos aspectos mais relevantes desse relatório e o quarto momento com uma reflexão final.

Quanto ao primeiro momento, prazos. Esta auditoria conforme todos sabem, foi aqui deliberada, por esta Assembleia, em finais de Dezembro de 2005. Em Janeiro de 2006, como era nosso dever, iniciámos o processo de concurso. Cumprindo rigorosamente todos os procedimentos legais que estávamos obrigados, foi deliberada a adjudicação em Julho de 2006. Em finais de Agosto de 2006, teve início o trabalho de campo, o qual estava previsto ter uma duração de seis meses, isto é, iria prolongar-se, - o trabalho de campo, até finais de Fevereiro de 2007. A pedido da empresa, o prazo de seis meses foi alargado mais um mês, pelo que o trabalho de campo devia estar concluído em Março de 2007 e assim aconteceu e a empresa que depois de elaborar o relatório, apresentou o mesmo em finais de Abril de 2007.

Quanto ao segundo momento, a apresentação do documento. Quando fomos informados da conclusão do relatório, acertámos a seguinte metodologia, para a sua apresentação e divulgação: - que a apresentação fosse feita em reunião de Câmara, de forma a garantir que todos ao mesmo tempo, tivessem acesso ao conhecimento pormenorizado do documento. Em segundo lugar, pretendemos e definimos isso, por questões de seriedade, que a primeira apresentação do documento, revestisse apenas e só, natureza técnica. Para isso convidámos a senhora auditora coordenadora, a estar presente nessa apresentação, pedido ao qual acedeu. A apresentação a todo o executivo decorreu em privado, antes de uma reunião pública de Câmara, porque a ordem dos revisores oficiais de contas, informou previamente a senhora auditora, conforme ela própria teve oportunidade de explicar presencialmente a todos os senhores vereadores, que seria deontologicamente incorrecto, participar numa apresentação pública do documento, mesmo que fosse numa reunião pública de Câmara. Era nossa intenção, não divulgar o documento, até o mesmo chegar às mãos e ser do total conhecimento, de todos os grupos que integram esta Assembleia Municipal. No entanto, logo no início da reunião de Câmara, que se seguiu a essa apresentação, para nossa surpresa, o assunto foi levantado por um senhor vereador, que avançou publicamente com números, que nos levou a tentar procurar esclarecer o assunto. Logo após a apresentação técnica do documento, a todos os senhores vereadores e serem prestados os esclarecimentos, solicitados pela senhora auditora, imediatamente remetemos à Mesa da Assembleia Municipal, seis exemplares do relatório, para a Mesa e os diferentes cinco grupos, que integram este hemiciclo. Como nos parece claro, todo o processo foi conduzido com elevação, com clareza e com o máximo de respeito institucional.

No que respeita ao terceiro momento, a síntese dos aspectos mais relevantes do relatório. A auditoria sistematizou o passivo municipal em três grandes grupos. O grupo a), o primeiro grupo, passivo, - aquilo que está contabilizado, aquilo que está assumido, que está registado, que tem toda a documentação, facturas, notas de débito, notas de crédito, aquilo que está nos livros, isto é, aquilo que não se discute. E esse, o valor total neste grupo, o grupo que não se discute é de duzentos e um milhões de euros.

No grupo b) a auditoria incluiu, compromissos deliberados, assumidos e registados, ainda por realizar, mas também inquestionáveis, que também estão nos livros, de mais quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta mil euros. E aqui já temos um total nestes dois grupos, de duzentos e cinquenta milhões de euros. Foi também incluído um terceiro grupo e nesse grupo, em último lugar e aquilo, aqui na nossa perspectiva, também não podemos fugir, há um conjunto de situações, das quais a auditoria relevou as dez mais importantes, o que significa que ainda haverá outras, que não foram aqui inscritas, o que quer dizer que neste grupo (ele ficará sempre aquém daquilo que é a realidade), há um conjunto de questões, dez questões, das mais importantes, cuja objectivação, não é possível obter de forma rigorosa, que se encontram descritas pormenorizadamente no relatório, e que nas nossas contas, nas nossas, ascenderão no mínimo a cerca de trinta e três milhões de euros. (Este número é uma estimativa nossa, este último, é a único que é estimativa).

Se somarmos estas três rubricas ou estes três grupos, o total dos compromissos é de duzentos e oitenta milhões de euros. Se formos prudentes e rigorosos e se atendermos a que o valor de acréscimos e diferimentos num total de cerca de trinta milhões de euros, se trata de um mero registo contabilístico obrigatório, e não de uma forma inquestionável, de algo que tenhamos previsivelmente de vir a pagar, este valor poderá ser deduzido; pelo que poderemos considerar, que aquilo que está no relatório, e que está escrito, do que é a nossa perspectiva inquestionável, é o seguinte: o passivo mais compromissos, é de duzentos e oitenta milhões de euros; e as dívidas, responsabilidades perante terceiros, são de duzentos e cinquenta milhões de euros.

Duas perguntas pelo menos se erguem agora, perante estes números, a primeira é porque é que a auditoria, não meteu tudo no contabilizado e criou estes três grupos que dão alguma confusão, em termos de análise. A segunda, é porque é que uns falam em duzentos e cinquenta milhões e outros falam em cento e setenta milhões? Onde é que está essa diferença?

Quanto à primeira questão, a questão da auditoria não meter tudo no contabilizado, convém referir que estamos perante um documento técnico e não um documento político, que é um documento técnico, que foi elaborado por técnicos e que tem que ser lido e interpretado nessa perspectiva, isto é, tecnicamente só pode ser contabilizado, o que tiver suporte documental e legal exigível, nomeadamente, têm que existir notas de débito, ou notas de crédito ou facturas.

Por exemplo, o caso da Capitania onde nos encontramos aqui neste momento, pode servir de exemplo, para espelhar esta situação. Oportunamente a Câmara, assinou um protocolo de permuta, pelo qual ficava com este edifício, e em contra partida, obrigou-se nesse protocolo a ceder dois apartamentos e a construir uma nova capitania. A Câmara de Aveiro já cedeu e já utiliza a Capitania e agora vai ter que dar os dois apartamentos e construir uma nova capitania. Penso que ninguém tem dúvidas e agora que já estamos nós a fruir do bem, não vamos dizer agora à Marinha, que já não damos os apartamentos, nem iremos construir Capitania nenhuma nova. Mas isto está contabilizado? Não! Isto não está contabilizado. Porquê? Porque a deliberação de Câmara e o protocolo assinado, não são documentos, com força contabilística; e além disso quanto é que custariam dois apartamentos e quanto é que vai custar a Capitania nova? Mas então não vamos ter que dar os dois apartamentos? Não vamos ter que os pagar? Caro que vamos.

Conclusão, apesar (e isto é um exemplo) que termos que suportar esses custos, eles não estão contabilizados, mas que nós vamos ter que pagar, isso vamos.

E aqui entramos numa tentativa de esclarecer a segunda questão. Porque é que uns falam em duzentos e cinquenta e outros podem falar em cento e setenta? Onde é que estão esses oitenta milhões de diferença? - É que se alguém falar em cento e setenta ou cento e sessenta e oito milhões, considera que há compromissos, que foram assumidos, foram deliberados, e que foram protocolados pela Câmara, que não são para cumprir. Isto até pode deixar ficar a ideia, que quando eles foram assinados ou deliberados, já poderia haver uma intenção até de nem os vir a cumprir. E para além do exemplo da Capitania, deixem dar mais dois ou três exemplos, a Câmara de Aveiro deliberou, no âmbito da sua competência, atribuir um apoio às Florinhas do Vouga e assinou um protocolo, a titular essa deliberação. Alguém parece agora, dar a entender que isso não deve vir a ser pago. O Tribunal condenou a Câmara a pagar à RODIMO, a pagar ao Figueiredo Dias e coloca-se aqui a mesma questão. A Câmara assumiu, como é do conhecimento de todos, grandes e pesados compromissos com a REFER, firmados num protocolo. A REFER realizou largos milhões de euros de obras. Realizou a passagem inferior por baixo da Estação de caminho-de-ferro, as duas avenidas, a passagem superior acolá em Esgueira, etc; que a Câmara ficou de pagar e que ainda não pagou, e que agora alguém parece dizer que não é para pagar! E a diferença dos oitenta milhões de euros, está exactamente aqui, naquilo que não tendo sido, pelas razões que referi, contabilizado, mas que na nossa perspectiva, são obrigações que nós temos que respeitar. Quando nós falamos em duzentos e cinquenta milhões, é porque entendemos que essas obrigações, tem que ser assumidas e cumpridas pelo município. Quando se fala em cento e sessenta e oito milhões é porque se entende, que essas obrigações não devem ser assumidas, nem cumpridas pelo município. Penso que ficou claro. Por último uma reflexão final.

O que está em causa neste processo, ainda mais importante do que o valor, do que as dívidas, que é parte material, ou que a diferença dos oitenta milhões? O que está aqui em causa, é saber se a postura da Câmara é ou não a exigível a uma pessoa de bem (?). Se a Câmara for, como nós todos queremos que seja, uma entidade de bem, uma entidade séria e credível, isto que foi referido são dívidas e têm que ser assumidas e têm que ser pagas. Se a Câmara não for uma entidade de bem, então tudo será possível e com alguma habilidade, ainda nos ficam todos é a dever dinheiro a nós.

Uma nota final, sobre o que tencionamos fazer, para minorar esta situação. Temos vindo com tranquilidade, a preparar um Plano, para atacar este problema, o qual tem sido objecto de análise em diferentes reuniões nossas que temos tido. Estamos a confrontá-lo, com as propostas contidas neste relatório, de forma a que esse documento venha a recolher, o que de melhor os dois possuem. É nossa intenção, na linha de compromisso público que já assumimos, até ao final do mês de Maio, deste mês de Maio de 2007, proceder à sua primeira apresentação pública.

Perante estes números e estes dados, a tarefa de todos nós, aqui é o plural: - "de todos nós" é complexa. Temos pela frente uma tarefa Hercúlea, é que nos últimos oito anos, a situação foi esta, quase cem mil euros de aumento da dívida, em cada dia útil. Quase cem mil euros, de aumento da dívida, em cada dia útil. Não podemos esquecer que este monstro, nos obriga em média, a entregar ao banco, todos os meses só de juros e amortização da dívida, o valor colossal de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros.

Não podemos esquecer que cerca de 33% das receitas ordinárias da Câmara, já estão cativadas só para o serviço da dívida. Ainda há cerca de três semanas, fomos levar ao banco, penso que já aqui referi isso, mais um cheque de quase um milhão de euros, apenas para poder ser feita uma escritura de um lote, que a Câmara havia vendido, conseguido o dinheiro e que havia hipotecado.

Em conclusão, a situação é grave e só será ultrapassada, se nos unirmos. Ela é demasiado grave, para ser resolvida com fracturas ou desuniões. Temos todos a responsabilidade, de

ajudar a ultrapassar este momento, que se irá prolongar por mais, pelo menos 15 anos de sacrifício. Só o faremos em união de esforços. É este o apelo à união, que aqui deixo, se assim não for, vão ser os aveirenses que terão que arcar com todos os sacrifícios e é o futuro de Aveiro, que fica comprometido, - e tenho a certeza absoluta disso, que isso nenhum de nós quer.”

(Entrou na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vereador Pedro Ferreira ⁶⁶

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, estimados cidadãos. Cabe-vos hoje fazer nesta Assembleia Municipal, uma análise sobre a auditoria realizada ao município de Aveiro. A mim enquanto Vereador das Finanças, cabe-me apenas apresentar alguns números, daqueles que mais nos afligem e esperar contribuir para a vossa discussão neste parlamento.

Antes de mais, importa referir que esta auditoria fez um trabalho com bastante profundidade, circularizando dívida registada até cerca de mil euros e que teve (e daí o atraso de um mês) muita dificuldade, a analisar os dados fornecidos, por isso, por muita falta de fiabilidade. Importa ainda referir que o objecto desta auditoria, para melhor a compreender, está expresso na página seis do relatório final e que a mesma se cingia sumariamente, à identificação dos passivos, do grupo da Câmara Municipal, da análise de capacidade de endividamento, solicitada por vós nos anos de 2003, 2004 e 2005, há identificação de compromissos assumidos, que determinam responsabilidades para a Câmara Municipal e para o grupo, e a análise dos processos de controlo interno, algo que não foi facultado à Assembleia, porque era para discutir internamente na própria Câmara.

Importa por fim referir-vos o seguinte: - para além do interesse na correcção contabilística, que este documento apresenta, na óptica do executivo, ela não teria tanta relevância, como a auditoria realizada na óptica da gestão. Mas em relação à análise da auditoria propriamente dita, informar-vos que isto é o que decorre neste momento a Câmara Municipal e o seu grupo representa: - como sabem temos três empresas, que são 100% municipais, o Teatro Aveirense enquadra-se no universo da TEMA, como aliás na Câmara, já tivemos oportunidade de apresentar contas consolidadas entre as duas entidades e transmitir-vos que já não existe TRANSRIA, apesar dela ter sido incluída no relatório da auditoria; e Aveiro Basket está em processo de liquidação. Também algo que é importante referir, em relação à MOVEAVEIRO, é que o capital social não se encontrava e não se encontra totalmente regularizado, faltando cerca de quinhentos mil euros.

Em relação às responsabilidades da Câmara Municipal, nós relevamos alguns factores, nomeadamente em relação às provisões. As provisões, está explicado no relatório, devem-se a alguns processos, em que foi determinado pela auditoria, a forte probabilidade de virem a constituir responsabilidades para a Câmara. Devem-se alguns processos, que estão claramente transcritos e são cerca de quatro milhões de euros, que podem acrescer às contas. Para nós é importante e é isso que retiramos desta auditoria, é o facto de quarenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil euros, não terem sido referenciados e não estarem contabilizados anteriormente, quarenta e cinco milhões. Estes quarenta e cinco milhões são tão ou mais graves, porque as contas da Câmara, eram enviadas às entidades fiscalizadoras competentes, como esta Assembleia, o Tribunal de Contas e a Inspeção-geral de Finanças.

Permitam-me que vos diga isto, na minha óptica é muito grave. Destaco ainda o elevado passivo de curto prazo de cinquenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil; é mais do que um ano normal orçamental, isto é, um estádio novo.

Devemos ainda referir, das situações que estavam claras e expressas em relação a compromissos, um total muito elevado de trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil euros, para os próximos anos. Além a crescer a isto, e eu retirei esta frase da auditoria, para que as pessoas percebam, porque é que aquelas dez situações, que foram consideradas mais relevantes, não foram incluídas nestes compromissos: «devem-se às possibilidades de responsabilidades contratuais ou contingências, pela sua forma natureza e impossibilidade de mensuração fiável, estado ou insuficiência de informação, não foi possível, estabelecer em termos de compromissos». Nós fizemos uma análise a cada uma delas e estimámos, cerca de trinta e três milhões de euros.

Em relação aos Serviços Municipalizados, aquilo que nós apontámos é dizer-vos isto, em todas as empresas e nos Serviços Municipalizados e na Câmara foram feitas correcções, ou seja não havia nenhuma conta, que reflectissem exactamente aquilo que se passava.

Em relação ao Estádio Municipal, há duas ou três situações que eu queria referir, nomeadamente a questão da correcção no curto prazo, não estavam reflectidas as dívidas totais aos consórcios, e há ali uma provisão que foi efectuada, relativamente ao IMI. Além disso temos a responsabilidade da EMA, de um contrato que foi celebrado, em vésperas de eleições, - contrato, na minha óptica é um contrato, mas aqui foi apresentado como um protocolo de cerca de dez milhões de euros.

Em relação ao Teatro Aveirense, neste caso à TEMA, porque são as contas que são mais importantes para o futuro, há a destacar o subsídio mensal de quarenta mil euros, que é atribuído para que as contas se mantenham, não se degradem ainda mais, do que aquilo que já apresenta.

Em relação ao Teatro Aveirense, aquilo que se passa é decorrente das obras, do mobiliário que lá existe e do empréstimo que foi feito.

Em relação à MOVEAVEIRO, como sabem, além do capital social não ter sido subscrito na totalidade, há ainda a informar a correcção que foi feita, tem a ver com acréscimos e diferimentos no final do ano, mas também há (e é importante referir isto) o subsídio mensal de cem mil euros, para que as contas não se degradem ainda mais e que saem das contas da Câmara.

Em relação ao PDA, houve uma correcção para baixo, relativo à forma de contabilização das verbas da entrada no capital da VISABEIRA.

Em relação à Aveiro-Expo, apesar de, - e isto era o que estava e eu retirei daqui o subsídio, que era atribuído, estava um protocolo assinado de cento e cinquenta mil euros anual e que neste momento o Aveiro-Expo, tem-se mantido sem o mesmo.

Da análise ao grupo municipal e antes de passar a este, há uma situação que eu queria alertar e que a mim deixa algo preocupado, é a situação Aveiro POLIS. A resolução deste projecto e como está incluído naquelas dez situações mais relevantes, a resolução deste projecto, é algo que ainda não está definida, nem qual a responsabilidade da Câmara Municipal, a qual não é conhecida a 100%. Continuamos pela experiência vivida e pelo relacionamento que temos tido com o Governo, a crer que nestes meses, no final vai haver uma fava e essa fava vai sobrar para a Câmara. E é uma fava bem grande.

Em relação ao grupo municipal e para as pessoas terem bem presente, aquilo que nós consideramos que são as nossas responsabilidades perante terceiros, está expresso no monitor, penso que todos podem ver e estas são aquilo que nós consideramos, as responsabilidades da Câmara, que estão nos livros, ou que estarão assim que eles começarem a ser corrigidos.

Para além disso, temos as responsabilidades que nós consideramos em termos de compromissos, que a Câmara tem que honrar perante terceiros. Para nós é muito importante e este é o valor estimado. Neste momento cada eleitor aveirense, tem uma responsabilidade de quatro mil e noventa e três euros.

Caras e Caros deputados, a realidade destes números é indesmentível, muito se pode discutir acerca dos compromissos junto a outras entidades: - uns dizem que não é passivo (?), muito bem, - nós ficaremos à vossa disposição, para uma deliberação com um sentido contrário, que nos digam que não devemos cumprir com as Florinhas do Vouga, ou com a REFER, com a EPA, com a VITASAL, com a RODIM, com a Capitania. Até lá e enquanto responsáveis sérios, de uma entidade pública e respeitando aquilo que foi comprometido por outros, por ventura sem a noção da realidade, por ventura com expectativas que o Governo central, não lançasse uma Lei das Finanças Locais, incongruente e irresponsável. Isto para vos dizer o seguinte: - a nova Lei das Finanças Locais, tem algo que nos preocupa muito, que é, e face a estas contas que foram apresentadas, a Câmara Municipal terá até final de 2007, que reduzir as suas dívidas em vinte cinco milhões de euros. Se não reduzir em vinte cinco milhões de euros, para o ano o Estado retirará esse dinheiro das transferências normais para a Câmara e nunca mais ele voltará a vir.

Para além disso, o novo regime jurídico do sector empresarial local, informa que todo o ano fiscal que for negativo, a Câmara Municipal terá que repor as contas e terá que acertar o défice que tiver.

Face ao passivo de curto prazo do Município de Aveiro, a 22/10 de 2005 e estou-me a referir aos cinquenta e nove milhões e seiscientos mil euros, que estavam de curto prazo, sem nós fazermos nada, acresce dezasseis mil euros dia, a dívida. As dificuldades de tesouraria, impedem o regular funcionamento da instituição e encarece os serviços que nos são prestados. Isso é algo que nós, nos debruçamos todos os dias. Para além disso, a dívida de curto prazo, ultrapassa o cash-flow, - e o cash-flow tem a ver, neste caso com as entradas e saídas de tesouraria, de um ano normal fiscal.

Queria-vos então dizer apenas isto, a realidade transmitiu-nos que cada eleitor deixa quatro mil euros, para as próximas gerações. Alguém disse nesta casa e com profundo sentimento e emoção: - «os políticos sonham e o povo paga»; deixem que vos diga: - ‘alguns políticos sonham e o povo tem pesadelos’.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ^u

Vogal Carlos Candal (PS) ^u

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ^u

Vogal Jorge Afonso (BE) ^{uu}

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ^{uu}

“Eu hoje vou falar de pé, porque estou aqui apertado, estou de gravata e quando estou de gravata estou muito apertado. Ia pedir aqui o apoio do meu colega Pedro Ferreira para ele pôr ali o mapa e entretanto enquanto ele põe o mapa, eu queria dar três notas. (Ele sabe qual é, é o tal do passivo, ele tem o mapa que foi apurado pela auditoria).

Mas antes disso gostava de dizer dois ou três pontos prévios. Em primeiro lugar assumir que a dívida que foi deixada, foi muito grande.

É uma dívida incompatível com aquilo que são (e o Pedro Ferreira falou muito bem) os cash-flow’s de uma Câmara como Aveiro, que se situarão esses cash-flow’s anuais na ordem dos cinquenta milhões de euros, mais ou menos números redondos, quarenta e cinco, cinquenta milhões; é o que se tem verificado.

A dívida é alta e ninguém a nega. Sempre dissemos e não foi agora, contrariamente a alguma oposição que aparece a dizer isso agora, não foi agora que o dissemos — com muitos custos. Houve duas vozes nesta Assembleia que no tempo passado o disseram. Uma das vozes foi o

deputado António Granjeira do CDS - tenho pena que não esteja aqui para comungar destas palavras e corroborar estas palavras.

De facto a dívida deixada é preocupante, mas não é para a gente! Como se costuma dizer, só há uma coisa que não há solução é a morte, para o resto, tem que se arranjar solução e também para a dívida se deve arranjar soluções. E o Partido Socialista manifestou desde a primeira hora o seu empenho total, em estar junto da Câmara, a apoiar inclusivamente medidas difíceis - se calhar politicamente más de tomar, mas que nós nos assumimos como um Partido responsável, como nos propomos partilhar, para que o executivo não tenha medo de as tomar, porque julga que o ónus político de tomar essas posições cairá sobre este executivo. Não, nós partilharemos esse ónus político a bem de Aveiro.

Terceiro, não gostaríamos de aqui manter esta velha história dos valores da dívida. E temos de assentar em valores correctos. Não podemos permitir que se diga assim: porque parece, pode transparecer (não estou a dizer que seja verdade) que este executivo esteja a dizer o seguinte: - quanto maior for a dívida mais tempo eu tenho de benefício, mais tempo eu posso estar sem fazer nada; não é isso!

Temos números concretos com este mapa, Total do Passivo e o Pedro Ferreira sabe o que eu vou dizer, e eu sei o que ele ia dizer antes de mim, quer dizer, nós somos técnicos, nós não mentimos tecnicamente, embora o Pedro Ferreira não mentindo puxou assim as coisas um bocadito para o lado - embora não dissesse nenhuma incorrecção, mas as palavras têm o fim que nós queremos.

Mas quando se olha para ali é o seguinte: tudo aquilo que ali está é o Passivo do grupo municipal, duzentos e um milhão, trezentos e dez mil euros. Isto inclui Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e todas as Empresas Municipais, como aliás o Dr. Pedro Ferreira pode confirmar, (diga só que sim, quando eu disser uma mentira, diga logo que estou a dizer uma mentira) e verificam ali três níveis, três níveis de valores.

O primeiro valor que ali vem, vejam assim: curto prazo, médio longo prazo; são as dívidas de curto prazo e as dívidas de médio longo prazo. Aquilo é realmente o que a Câmara e os Serviços Municipalizados e as Empresas Municipais devem, setenta e um milhões de euros a curto prazo, noventa e um seiscientos e oitenta e cinco a médio longo prazo.

Curto prazo são dívidas que se vencem até um ano, médio longo prazo, são dívidas que se vencem a mais de um ano.

Esta é a dívida real contabilizada da Câmara. Aquela que os auditores, depois dos seus trabalhos todos consideraram que é a válida e que dará qualquer coisa como cento e sessenta, como dizia um célebre Primeiro-Ministro - "é só fazer as contas".

Depois disso nós temos provisões. Lembrem-se de falar daquelas dez empresas e daqueles dez casos, isto é, para além disso, a Auditoria que foi bem feita e os auditores que são pessoas competentíssimas nessa área, o que é que eles disseram?

Há casos que estão aqui para resolver e que podem como nós costumamos dizer dar para o torto e se derem para o torto (hoje não são dívida), mas vão ocasionar dívidas e nós temos que fazer contabilisticamente uma provisão que é para ter aqui este dinheirito já contabilizado de lado para no caso disso acontecer se pagar! - Quatro milhões oitocentos e trinta e oito mil euros é o que está lá em cima.

No final vocês têm acréscimos e diferimentos. Acréscimos e diferimentos estão trinta e três milhões, cento e setenta e um; é assim que diz lá. O que é que são acréscimos e diferimentos? São a divisão contabilística por vários exercícios (basicamente). Pode ter alguma coisa mais de pequeno pormenor, mas de acordo com o que diz a Auditoria, são subsídios que foram recebidos no passado, porquê? Porque se os subsídios tivessem sido lançados só num ano, nesse ano a Câmara tinha muito lucro ou muito prejuízo. É por isso que a legislação impõe que esses subsídios sejam repartidos por vários exercícios. Isto é, aqueles trinta e três milhões, cento e setenta e um a Câmara não tem que pagar nada. Aliás, se em vez de trinta e três fosse

trezentos era óptimo, significava que no passado a Câmara tinha conseguido arranjar aqueles valores em subsídio.

Diz o senhor Presidente: mas para além disto, 'ah! os auditores detectaram umas responsabilidades'. Nós temos ai responsabilidades que podem conduzir a dívidas, eu vou-vos já dar um exemplo: eu prometi à minha neta que quando ela se casasse lhe comprava um automóvel. Agora, vocês acham que por eu ter prometido à minha neta (e espero cumprir e se não cumprir, hei-de deixar dito a quem cá ficar, tem de fazer isso), vocês acham, que pelo facto de eu ter prometido que quando a minha neta se casar eu lhe vou comprar um automóvel que devo já apontar lá nas contas em casa, eu devo um automóvel? Ou só deverei o automóvel quando o comprar? E até posso não ficar a dever, posso pagar logo. Porque se fosse por esse raciocínio, imaginem a dívida que dava este ano a Câmara (?); porque o senhor Presidente da Câmara e todos nós aqui aprovámos, prometeu fazer cento e noventa e um milhões de euros de obras, lembram-se? Tem um Orçamento de cento e noventa e um milhões.

Então vamos a essas promessas, que foram aqui feitas e foram aqui por nós votadas positivamente, já são dívida? Então o senhor Presidente adjudicou agora a primeira fase do Rio Novo do Príncipe, já é tudo dívida para o senhor Presidente a segunda fase do Rio Novo do Príncipe? Será? Bem, temos que ser sérios.

Reconheço, em termos de seriedade técnica, que há casos que não são como a promessa da minha neta, são coisas que se calhar já vêm a correr e que acontecerão, mas que não são dívida.

Vejam o caso que aqui foi apontado foi o das Florinhas do Vouga: durante não sei quantos anos vai -se ter que pagar "x" ao mês ou "x" ao ano, não interessa, mas isso não é dívida, vai ser a manter-se as condições — que é obvio que se querem respeitar! Que é obvio que se têm de respeitar. Mas só serão dívida quando se vencerem.

Eu vou ali ao Fernando e vou lá comprar, enfim o costume, qualquer coisa, e ele diz-me assim: paga-me daqui a um mês. Eu só lhe devo daí a um mês. Ou melhor, devo-lhe logo, mas de facto a promessa que tenho que pagar é daí a um mês. Eu só entro em incumprimento daí a um mês.

E aqui há um raciocínio importante para a Câmara. É porque a Câmara, com a vontade eleitoral de dizer que a dívida é muito grande e não podemos fazer nada, se calhar está a dar um tiro no pé.

Está a dar um tiro no pé, porque quando a gente numa empresa está mal, faz como Deu-la-deu Martins quando estava cercado o castelo e não tinham o que comer, pegou nos restos da farinha, fez pão, e atirou-o pelas ameias do castelo. Não é como aqui a dizer: estamos desgraçados, estamos desgraçadinhos! Qualquer um de vocês e temos ai principalmente nas bancadas da direita alguns industriais e comerciantes, sabem que é assim que se faz.

No dia que o banco souber que vocês precisam de dinheiro nunca mais vos emprestam um tostão. O banco só empresta a quem julga que não precisa, não é a quem precisa. Na vida é assim e a Câmara está a trilhar um mau caminho.

Para sermos sérios, o que nós temos que dizer é que à data da passagem (e ali o Pedro que me desminta) do testemunho da Câmara, o total do passivo exigível, ou seja, a dívida da Câmara era de cento e sessenta e oito milhões cento e trinta e nove mil euros (o Dr. Pedro que me desminta, se é mentira). Valores apurados nesta auditoria; confirma a auditoria anterior, vamos lá ver o que diz a próxima auditoria."

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [412](#)

"Não pretendia fazer qualquer intervenção sobre esta matéria, até porque não domino a parte técnica e portanto ser-me-ia mais fácil ouvir pessoas mais versadas e esclarecidas. No entanto e depois da intervenção feita nesta Assembleia pelo Sr. Dr. Raúl Martins, em que esboçava uma explicação com recursos a conceitos de economia domestica pensei: de facto também já eu

havia referido numa intervenção sobre o relatório preliminar da IGF, que para nos podermos pronunciar sobre estas questões bastará recorrermos a aritmética básica.

Dizia eu, que um simples merceeiro de bairro ou um simples chefe de família teriam melhor conduzido as finanças da autarquia e que nos teriam livrado deste caos financeiro porque saberiam lidar com receitas e despesas equilibradas. Nenhum pai de família teria a ousadia de hipotecar o futuro dos seus filhos.

É para mim irrelevante a forma ou o método de cálculo que determinam as conclusões expressas deste documento e que servem de referência a esta assembleia extraordinária. Confiamos nos técnicos, que produziram este relatório de auditoria. Parece-nos muito mais interessante discutir política, discutir as conclusões, e sobre elas interpretar de português, as causas e efeitos.

Nesse sentido, permito-me aqui referir o valor global da dívida da Câmara Municipal de Aveiro. Para tanto abstendo-me de tecer comentários sobre os métodos dos cálculos das parcelas que são somadas ou subtraídas. Deixamos essa temática, para os técnicos e para os malabarismos de abstracção e de ilusão que o Partido Socialista tenta incutir.

A Câmara de Aveiro tem uma dívida reportada a 22/10 de 2005, superior a duzentos e cinquenta milhões de euros. É Colossal! Foi este o estado de desgraça a que nos levou a gestão socialista durante os dois mandatos à frente do destino de Aveiro.

Sobre as causas, recordamos o ditado popular “ter mais olhos que barriga” - e já agora o ditado proferido pelo Dr. Candal, “quem não tem dinheiro, não tem vícios”.

Aveiro precisava de obra, reclamava regeneração urbana, necessitava de mais e melhor cultura e exigia mais e melhor de tudo; sobre esta matéria estamos de acordo e tiramos o chapéu ao Dr. Alberto Souto. Devemos-lhe muito do seu empenho e deferência. Muita coisa foi feita, não criticamos a formalização, não criticamos a obra. No entanto, nós e pelos nossos filhos, não concebemos, não podemos abster-nos de uma postura crítica e consciente. Não é difícil perspectivar mais além, não é difícil de projectar e edificar. Difícil é fazer e pagar.

O executivo socialista não soube fazer com ponderação, com realismo, e de forma sustentada. Não somos só nós que assim pensamos, também os aveirenses de forma determinada mostraram o cartão vermelho ao PS e expulsaram-no do governo da cidade.

E dizem que os aveirenses foram injustos com o Dr. Alberto Souto! Tenho para mim que se tratou de uma justiça divina. Sobre os efeitos, temos hoje um município esganado em termos financeiros e que não permite um bater de asas. Temos uma factura gorda para pagar que se irá reflectir durante vários anos - quinze anos segundo o senhor Presidente da Câmara e portanto transportar-se-á para os nossos.

Estamos atados de pés e mãos. Estamos hipotecados. Temos agora nesta senda política duas posturas, a do presente executivo, assumindo a dívida com todas as parcelas somadas e motivado em corresponder responsabilmente, garantindo assim a regeneração da imagem da Câmara Municipal de Aveiro, enquanto pessoa de bem e que assume os compromissos. É essa uma postura digna para Aveiro e para as suas gentes. É uma postura séria e honesta.

Retirar lugar à política de fachada, das luzes da ribalta, e da folclorite que fez definhhar Aveiro. Tal como aqui foi prometido pelo Senhor Presidente da Câmara, até ao final do mês de Maio, será apresentado um plano que nos permitirá ver mais além. Com ponderação e zelo e imaginação será possível sair do fosso. Do outro lado da barricada, temos uma outra postura política, a continuada postura socialista, de miragem, de ilusão, que ainda não assume a verdadeira calamidade económica que provocou. Sim, ainda hoje consideram que as contas que devem ser desconsideradas. É este o estilo do PS. Esta verdadeira escola do calote, que começa a ser transversal, começa-se a sentir noutras instituições.

Recordo para tanto, as recentes notícias que aparecem, na comunicação social, relativamente à Rota da Luz. Constroem uma dívida monstruosa e querem agora que de imediato, se faça a liquidação da mesma e já agora, com muita obra a realizar.

Termino dizendo, que seria postura correcta do PS, unir esforços, numa atitude positiva e construtiva, e exercer uma verdadeira politica de opposição; - em consciência contribuir para a dignificação e valorização de Aveiro.”

Presidente da Mesa ⁱⁱⁱ

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ⁱⁱⁱⁱ

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁵

“Senhora Presidente, as minhas primeiras palavras são para a Mesa, particularmente para vossa excelência. Quero que a Senhora Presidente tome a devida nota, se algum dia eu pedir a defesa da honra por uma provocação qualquer de um deputado, eu quero que a Senhora Presidente não proceda como procedeu com o meu camarada Raúl Martins. Daquele lado Senhora Presidente, pode um deputado dizer milhentas coisas e eu não me importar e poderá haver outro, que me dá só uma beliscadelazinha e pode-me ofender grandemente. Portanto Senhora Presidente, não esteja com pressas, tudo se resolve, os trabalhos tem andado muito bem e toda a gente defende a honra quando tem necessidade de a defender, e não é a Senhora Presidente que está à altura de saber quem me ofende ou quem não me ofende. Peço desculpa, mas tinha que dizer isto à Senhora Presidente.

Entrando no assunto em discussão, tenho a dizer através de vossa excelência ao Senhor Presidente da Câmara, que gostei manifestamente da maneira como ele expôs o problema.

Lamento que a Senhor Presidente tenha que se sujeitar a estar aqui nesta Assembleia, neste momento que é difícil para ele, contudo devo dizer que gostei da maneira como ele explanou politicamente o assunto.

Foi talvez a primeira vez, durante este mandato que vi o Senhor Presidente da Câmara a explanar uma situação tão bem. De qualquer modo, quero dizer Senhor Presidente que há uma coisa que eu achei negativa. O Senhor Presidente feriu, ofendeu um vereador, no caso concreto presumo que tenha sido o Sr. Dr. Marques Pereira, quando disse que usou de cortesia! Não é cortesia Senhor Presidente, é uma obrigação que o Senhor tem, de comunicar aos seus pares o que se passa na Câmara.

Posto isto e como de contabilidade — fui bancário durante alguns anos, depois a minha actividade, enfim, tomou outro rumo, mas vou falar do passivo exigível. Toda a gente fala de dívidas, de passivos, eu mudo portanto o vocabulário. O Senhor Presidente falou nas dívidas a curto prazo, a médio, a longo e de provisões; ora isto dá cento e sessenta e oito milhões de euros.

O senhor Presidente depois acumulou quarenta e nove milhões de compromissos contratuais assumidos. Como explicou o meu camarada Raúl Martins isto não pode de maneira nenhuma Senhor Presidente, ser anexado à dívida. É uma promessa de dívida.

Do mesmo modo, não vejo qual é a preocupação das dívidas a longo prazo. Eu que não sou filho de pai rico, quando era rapaz aqui há uns 20 anos atrás, contrai um empréstimo para construir uma casa, não posso precisar já quanto foi, mas julgo que foram 20 mil ou 25 mil contos (naquela altura eram contos), acontece que agora que estou velho, sem me privar de nada, sem fazer cortes a nada, tenho a dívida paga. Portanto não é aflitiva a dívida a longo prazo. Além de que aquele compromisso com a REFER e com a Capitania é para cumprir, mas tem tempo Senhor Presidente. Nunca se diz que não se paga, mas tem tempo! E eu também sou muito honesto, até hoje ando de cabeça erguida, não devo nada a ninguém. Portanto a Capitania, a REFER têm tempo, espera. Vai o Senhor Presidente embora, vem aí outros, e eles vão reclamando e sim senhor devemos.

Quanto à VITASAL, julgo que efectivamente tem que pagar um compromisso que assumiram, na minha opinião erradamente. É que analisando bem a situação, aquilo é muito complicado

Senhor Presidente. Eu sei que o Senhor tem razões, vem de trás e não sei mais quê pardais ao ninho, mas para estar de consciência tranquila nunca devia ter feito aquele negócio! Deixasse andar e depois logo se via. Porque agora ficámos todos pasmados, como é que é possível a VITASAL receber tanto dinheiro e possivelmente ficar ainda com os terrenos? E se calhar vai ter que comprar ainda terrenos para o indemnizar. Isso é que me preocupa. Portanto Senhor Presidente, eu queria dizer, é que efectivamente na minha opinião a dívida é de cento e sessenta e oito milhões de euros, o restante são futuras dívidas.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ¹⁶

“Começo por dizer que estamos perante um relatório que me parece bem feito, por profissionais competentes; tivemos uma exposição também, que considero bem feita, tirando alguns apartes, mas elucidativa e inclusivamente um relatório, que até de certa maneira, fala de aspectos, que nós no passado, no anterior mandato, muitas vezes alertámos para situações que poderiam eventualmente acontecer e que acontecem, nomeadamente no que concerne por exemplo, à capacidade de endividamento do município, em que sistematicamente nos era apontado, como que existindo capacidade de endividamento legal, nós alegávamos que existia a legal, mas não era essa a que deveria contar. Efectivamente a capacidade de endividamento que deve contar é a efectiva capacidade que o município perante as dívidas que já tem, pode ainda abarcar (e isso é referido, num ponto deste relatório no ponto 5.3.3).

Mas relativamente à questão do relatório, mais do que às próprias contas em si, isto porque as contas em si, digamos que são mais do mesmo. Nós agora estamos-nos a debruçar pelas contas, há a promessa de efectivamente essas contas agora despoletarem, um Plano de Reequilíbrio Financeiro do Município, sem que no entanto no início, quando todos já sabíamos, que íamos a estas, - mais para a esquerda, ou mais para a direita, iríamos parar a contas de um passivo elevado, deveríamos ter iniciado aí, nessa altura, mesmo antes, o nosso Plano de Reequilíbrio Financeiro e para o qual todos estávamos e estamos e continuamos a estar dispostos, porque temos que pôr efectivamente o município nos eixos, logicamente.

Mas mais preocupante que isto e porque todos quer queiramos quer não, estamos no mesmo barco e independentemente de se estar ou não no executivo e isto porque me preocupa, porque se eu estivesse no executivo, preocupava-me ainda muito mais, é a questão de ser ao longo do relatório ser demonstrado um traço muito saliente que é, os auditores invocam repetidamente a impossibilidade na fiabilidade das análises. Repetidamente! Eu posso dizer aqui quatro notas, que são significativas: O ponto 3.1.1, diz: - “não é possível determinar a extensão do eventual efeito no passivo, da falta de rigor que poderá ter caracterizado o apuramento dos saldos iniciais da contabilidade patrimonial com referência a 01.01.2003”; o ponto 3.1.2: - “não se encontra disponível cadastro adequado de imobilizado da câmara municipal de Aveiro”; o ponto 3.1.3 diz: - “verifica-se a ausência de informação, que relacione os subsídios recebidos com os objectivos financiados”; e agora o último que eu considero que é muito grave é: - “não foi possível estabelecer uma conciliação satisfatória, entre os valores transferidos da câmara municipal de Aveiro e os registados nas contas dos serviços municipalizados de Aveiro”; - não há uma conciliação? Então (?), - é uma situação de facto caricata!

Estamos aqui perante uma situação caricata. São este tipo de considerandos e de conclusões, que no documento todo se vão repetindo, fazem-nos crer a nós, - a nós não fazem crer, nós temos a certeza, que se estivéssemos no executivo municipal, nós imediatamente pedíamos uma inspecção ao IGAT! Porque é uma situação de facto, que nós reputamos de grave, inclusivamente para que nos retirassem responsabilidades, de situações futuras que possam advir, por não termos fiabilidade, exactamente nos factos que estão a ser analisados.

Depois, não podemos de facto deixar passar em claro, que efectivamente o passivo, independentemente da maneira como está analisado, o passivo aqui apresentado é bastante

superior ao que era apresentado pela Câmara anterior. É! Mas tem que se pôr mãos à obra, aliás já se devia ter posto mãos à obra, para resolver a situação, mas tem-se na mesma que pôr mãos à obra.

Há aqui um peso bastante grande e que se pode, um bocado assim à “val d’azur” passar mas é, - e que deve ter em atenção, o valor bastante elevado das acções que ultrapassam os quatro milhões e tal, para o tipo de rubrica que é, é um valor que reputamos bastante elevado e que convém combater como é obvio.

Mas e por fim, há aqui uma questão que o próprio relatório levanta no final, além das diversas recomendações que vai fazendo, o relatório levanta relativamente ao controle, levanta bastantes questões, nomeadamente questões em que há nos procedimentos, falhas que são graves, mas que estão aqui apontadas, falhas, deficiências, fragilidades, que estão aqui apontadas, inclusivamente até dá nota de omissões no próprio Regulamento de controle interno e dá a nota, de que se deve inclusivamente fazer alterações no próprio Regulamento de controle interno. E eu punha só duas questões: - a primeira é se efectivamente as recomendações aqui feitas no próprio Relatório, relativamente ao Regulamento de controle interno, já foram tidas em conta pelo executivo (?); - e a segunda é se o executivo está efectivamente a analisar a alteração do próprio Regulamento de controle interno e o vai pôr portanto, à consideração inclusivamente desta Assembleia?

No entanto acho que, independentemente de continuar a achar que o reequilíbrio financeiro da autarquia, devia ter sido iniciado há mais de um ano, continuo também a dizer que temos que pôr mãos à obra e se tem que, - de uma vez por todas fazer é o combate à dívida que se tem, independentemente de se dizer que são quinze anos. Porque os quinze anos, vão-me perdoar, mas eu não me acredito na situação dos quinze anos. Há várias variáveis que têm que ser postas em causa, aqui nestes quinze anos; - e se efectivamente nesses quinze anos, uma das variáveis for este ano em que de facto não se tentou fazer nada para reequilíbrio financeiro, não serão quinze anos, serão quarenta ou cinquenta.

Agora se for de facto, efectivo trabalho, de combate a este passivo, então ai até pode ser que sejam menos de quinze anos, porque poderá haver outras variáveis, que sejam mais vantajosas, para conseguirmos portanto, alcançar os objectivos mais cedo.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [out](#)

“A auditoria às contas que agora nos é apresentada esboça, pormenorizadamente e para quem poderia ter algumas dúvidas, a situação só “preocupante”, para uns, mas calamitosa para nós. Com um passivo exigível de cerca de 201 milhões de euros, dos quais 168 milhões em obrigações, das quais cerca de 72 milhões de euros, de curto prazo, a terceiros;

Com compromissos assumidos e, segundo a auditoria, não reflectidos em contas, no valor de cerca de 49 milhões de euros;

Com responsabilidades contratuais ou contingenciais pelo incumprimento de protocolos e de situações não resolvidas judicialmente da ordem dos 33 milhões de euros;

Com 12 milhões de euros em juros e compromissos bancários anualmente acrescentados a tudo isto; os valores atiram para os 250 milhões de euros.

Na análise do Relatório da Auditoria são utilizadas muitas e diferentes leituras.

Muita da argumentação de alguns colegas da oposição tenta fazer crer conclusões muito menos preocupantes, mas, o facto inquestionável é o seguinte:

A situação financeira da Câmara é muito delicada!

Quem lá esteve não foi o PSD, mas é o Partido Social Democrata em conjunto com CDS/PP que agora têm de resolver o problema.

Façam-se as contas que se fizerem, a engenharia financeira que cada um, com a sua mestria, o entender, o facto é que a Câmara deve muito e está fortemente condicionada pela herança deixada pelo último executivo municipal.

As obrigações a curto prazo, pela sua enormidade, condicionam a tesouraria municipal, obrigando a autênticos “golpes de rins” dos gestores de forma a se conseguir uma “navegação” rigorosa, evitando encontrar escolhos e águas turbulentas que agravariam ainda mais a actual situação.

É no mínimo surreal que os “pais da crise” solicitem agora, como diz o nosso povo, “os porcos e o dinheiro”. Exigindo a feitura de obra e acusando o executivo de a não fazer.

Para o Partido Socialista o problema não é já o facto de se dever ou não se dever, é o quanto se deve. O Partido Socialista tenta assim dissimular um facto – a realidade da dívida, tentando criando um facto político com a controvérsia de se dever mais ou menos.

Quais são as vantagens desta estratégia de dissimulação?

Simples!

Primeiro permite distrair os menos atentos para o facto de eles serem os responsáveis pela dívida; Segundo, no futuro, quando for necessário apresentar contas no final do mandato, pretendem ver diminuído o saldo deve / haver do actual executivo; Terceiro, porque tentando criar a ilusão de que existe uma folga nas contas, pode ser sempre pedido mais, onde esse “mais” não existe. A dívida está aí. São precisas soluções para a debelar.

O Plano de Reequilíbrio Financeiro é importante e fundamental. A sua aplicação terá de ser rápida e eficaz, não copiando os maus exemplos das malfadas e famosas trinta medidas.

A Câmara não está parada! A renegociação da dívida já decorre e deve continuar.

Repensar as empresas municipais, a sua eficácia, eventuais interessados na sua associação, pode ser um caminho.

Estes são alguns caminhos que tem de estar abertos, ... devem estar abertos, tendo em atenção o interesse público.

Não podem existir “vacas sagradas” intocáveis nem assuntos tabu que possam obviar a encontrar as melhores soluções para solucionar a situação existente.

Foi a pensar na situação caótica das contas do Município que esta coligação se formou para salvar o salvável e melhorar o que deve ser melhorado.

As medidas estão a ser tomadas, ... e continuarão ser tomadas.

As medidas no Plano de Reequilíbrio Financeiro tenderão a ser eficazes, eficientes, justas, equilibradas e acima de tudo salutares ao erário público e aos Aveirenses.

Considero que, dada a “vil tristeza” desta herança se devem reunir os acordos necessários, as ideias e as opiniões de todos os que assim o desejarem, da maioria e das oposições, de forma concertada e sem aproveitamento político.

Este assunto é demasiadamente sério para o futuro do desenvolvimento Aveirense e para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

É preferível gastar o nosso tempo a encontrar soluções para o problema, assumindo que o problema existe e é real, do que dispersar com argumentos irrelevantes para a sua verdadeira resolução. Estamos confiantes. Acreditamos que temos uma equipa municipal capaz de resolver a situação que nos foi passada. Já se começam a fazer sentir os efeitos positivos da gestão Élio Maia, por muito que tal esteja a custar entranhar por alguns.

A doença não se cura em poucos anos, vai demorar muito tempo a pôr este doente a andar pelo seu pé. Quem pensar o contrário está redondamente enganado.

Pode até ser injusto dizer agora, “nós alertámos em tempo útil para este grave problema”.

Fomos chamados de ignorantes, que não sabíamos fazer contas. Pelo visto sabíamos! Quem comanda actualmente a Autarquia é uma Coligação PSD/CDS!. O executivo da Câmara gere o Município, e gere bem! Os tempos de actuação, por muitas medidas que sejam por Vossas Excelências “exigidas”, terão em conta os melhores momentos para a sua implementação.

A estratégia do Partido Socialista de “fuga para a frente” e de dissimulação não resultará. É a Câmara Municipal que gere o seu tempo político, não é, certamente, o Partido Socialista. Os Aveirenses são sábios e sabem quem são os responsáveis. Um famoso escritor francês do século XVII, La Fontaine escreveu uma fábula, há muitos anos ... “A cigarra e a Formiga”. Pergunto: quem é que foi a cigarra nesta história? Como dizia alguém ... deixem-nos trabalhar.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

“Uma nota prévia, eu confesso que estou desolado, hoje sinto-me desolado, triste também, e com estas três letras que não me saem da cabeça, PRF, que são o quê? Será uma sigla para Plano de Reequilíbrio Financeiro.

Primeiro ponto, Economia versus Direito. Eu sou licenciado em Direito e confesso que sempre entendi, pelo menos a economia, como ciência social, de alguma maneira, muito ligada à matemática e portanto há-de haver certezas em relação a isto. Tem que haver! E o quadro que a Câmara apresentou, aquele mesmo quadro que serviu, digamos para as duas exposições, era clarinho como água. Só não tinha era o somatório final! O senhor vereador não o colocou, por opção seguramente; não tinha o somatório da dívida exigível a terceiros, tinha era uma chaveta a dizer – dívida exigível a terceiros; depois tinha os acréscimos e diferimentos e fazia a conclusão do passivo. E o que os aveirenses querem saber, é quanto é que o município ou o grupo municipal deve? Isto é o que querem saber; - querem amanhã ler nos jornais, querem saber, quanto é que a Câmara afinal deve? E não deve haver duas respostas sobre isso, só pode haver uma, porque não há duas ciências que se possam aplicar aqui, não há cá a interpretação das palavras e da semântica do Dr. Raúl Martins, nem há semântica e as palavras do Dr. Pedro Ferreira ou da Câmara Municipal de Aveiro ou do Senhor Presidente Élio Maia.

Só há uma! Só há um número para a dívida da Câmara, como resultado apresentado para esta auditoria e é um número que vocês não apresentaram, mas eu digo-o desde já daqui: - cento e sessenta e oito milhões de euros (números redondos). Esta é que é a realidade e é isto que tem que ser dito.

Segundo, histórico da auditoria. A auditoria foi deliberada por esta Câmara, a pedido do partido socialista em finais de Dezembro de 2005. A actual Câmara Municipal, tomou posse em Outubro de 2005. E logo começou com o discurso da pesada herança. Muito bem, é legítimo, para quem inicia o mandato. Só que, de Outubro de 2005 até Maio de 2007, decorreram dezanove meses! Dezanove meses! E a Câmara, no final dos dezanove meses, a meio do seu mandato, uma Câmara que eu recorde, para quem não se lembre, que foi eleita sobretudo quando fez uma grande campanha eleitoral sobre a dívida e foi eleita pelos cidadãos de Aveiro, e desengane-se, quem pensar o contrário, para resolver o problema da dívida da Autarquia e os aveirenses votaram nesta coligação e confiaram o seu voto, ao Presidente Élio Maia, para além de outros atributos que seguramente lhe terão encontrado, mas essencialmente para resolver o problema da dívida e a única coisa que terão encontrado, é que ao fim de dezanove meses, o Presidente apresenta um relatório da auditoria, tem o dia perfeito Senhor Presidente, tem uma sessão extraordinária, marcada pela Presidente da Assembleia Municipal, numa Mesa que é constituída só por membros do seu partido, marcada para a data que se bem entendeu; - esta era uma ocasião extraordinária. E esta é a minha desolação. Estou triste e não compreendo. Estava à espera e digo-lhe com toda a sinceridade, que nos surpreendesse hoje, com a apresentação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, porque é para isso que o senhor foi eleito e os seus pares e era isso, que os aveirenses devem exigir de si. Que resolva o problema da dívida e a sua Câmara, apresenta os valores, mas não apresenta as soluções. E quando os números, que a Campanha eleitoral que o Senhor fez, da campanha dos partidos a que presidiu, já apresentavam estes números, ou próximos destes; - e o problema da Câmara, como

já falámos noutras vezes, alguns deles, a maior parte deles, já tinham sido todos aventados. Todos. Quase todos. Faltavam os números em concreto ou algumas particularidades, que eu ainda podia assumir e permitir, que pudessem ainda não estar prontos. Mas no fim deste relatório? Um relatório que recorde, aparece na página on-line, que é a primeira página da auditoria, aparece que foi entregue um “draft” do relatório preliminar em Novembro de 2006. Já depois de Novembro de 2006 e custa-me recordar-lho, já perguntámos aqui desta bancada, se já teria sido apresentado alguma coisa sobre a auditoria, - o que nos foi dito que não! Quando é a própria empresa da auditoria que diz, que está publicado no site da Câmara, a dizer que, em Novembro de 2006, já entregaram um “draft” do relatório preliminar e foi-nos dito aqui que não. Que não havia ainda relatório, que ainda não havia nada sobre a auditoria, que havia sido requerida à Câmara. E estes, é que são os factos.

O terceiro ponto. O Senhor Presidente disse aqui: - “que a situação é demasiado grave e só será ultrapassada se nos unirmos”. Tem toda a razão Senhor Presidente, a situação é grave. O PS não se esconde na dívida e está disposto e pela voz do deputado Raúl Martins, já aqui se disponibilizou e o PS disponibiliza-se desde já, para ajudar em conjunto, a resolver o problema da dívida.

Disse também, - “e que se irá prolongar por pelo menos quinze anos de sacrifício”. Não é verdade Senhor Presidente, porque se estas são as suas contas, têm que ser quinze anos, mais dezanove meses, que são os dezanove meses, que já correram por conta e ainda não foi apresentada uma única medida em concreto, para resolver o problema do passivo, da dívida da Câmara.

Quarto, Senhor Vereador Pedro Ferreira, deixe-me que lhe diga com toda a frontalidade, o seu cliché e a frase que fez no final, a dizer, - “deixem-nos sonhar e os aveirenses tiveram pesadelos”o Senhor Vereador disse isso, como se tivesse descobrido a pólvora ou achou que a metáfora era realmente bonita, mas deixe-me que lhe diga com toda a frontalidade, que não é com este cliché ou com esta frase, que poderá até pensar que foi bem encontrada, que se poderá desonerar da responsabilidade que tem, de ainda não ter apresentado, ao fim de dezanove meses de trabalho, as soluções para as quais foi eleito.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“O primeiro comentário que gostaria de fazer é que, se este relatório está correcto e estes números até agora e pelos especialistas não foram contestados, então quer dizer que os documentos que a Câmara Municipal de Aveiro, anterior a esta, e por isso governada pelo Partido Socialista, os documentos que essa Câmara nos dava, a esta Assembleia Municipal, estavam errados. Estavam errados!

Por exemplo, olhando para a página 78, só para não ir mais longe, as correcções são no valor de quarenta e dois milhões de euros, só em relação a dívidas a terceiros de médio longo prazo. Ou seja, como é que alguém pode gerir seja o que for quando temos desvios desta natureza, correcções desta natureza.

E por isso é que nem o PS desta Assembleia Municipal sabia que as Contas que defendiam estavam erradas. É que as correcções são muitas e as incertezas também e por isso é que só assim é que se pode explicar que o Partido Socialista desta Assembleia Municipal tenha pedido uma Auditoria das Contas à Câmara. Pediu a Auditoria porque viveu enganado, porque mal era se o PS representado aqui nesta Assembleia Municipal, soubesse que afinal as Contas estavam erradas e suportava estas Contas pela Câmara anterior. Mal era. Mal era.

E por isso assumindo que o Partido Socialista, quando aprovava as Contas da Câmara anterior e quando defendia esta Câmara anterior, achava que estavam essas Contas muito bem, quer dizer que estava enganado; ainda bem que agora caíram na realidade e assim compreende-se,

que realmente o líder do Partido Socialista, aqui nesta Assembleia, assuma agora que a dívida é grande e que a dívida é preocupante.

Não devia esta dívida ter sido tornada pública? Acham que é um tiro no pé, publicar a dívida? Acham que nós devíamos esconder? Acham que esta Câmara Municipal perde poder negocial pelo facto de estar a dizer a toda a gente quanto é que deve na realidade? Eu acho que é uma honra. Eu acho que a confiança que esta Câmara Municipal de Aveiro dá aqueles que consigo colaboram, é esta mesmo, é dizer: nós estamos a passar por dificuldades económicas, nós temos alguns problemas, mas assumimos os compromissos, que não são só os compromissos assumidos por nós, mas nós assumimos os compromissos dos nossos antecessores, mesmo não tendo concordado com a política dos seus antecessores; como nós aqui expressámos durante os dois últimos mandatos.

Muitas coisas foram feitas erradas. Mas nós assumimos, e esta Câmara assume, que mesmo aquilo que foi feito de errado é para este município assumir e isto só dá credibilidade aos seus parceiros. Não dá tiro no pé coisíssima nenhuma. E por isso felicito esta Câmara, pelo facto de ter trazido também a público estes números e por isso felicito também o Partido Socialista, que na sua ingenuidade, pediu esta Auditoria. E compreendo também aqui uma outra coisa, que esta Câmara fez desde o início, quando dizia que a dívida era avultada, mas não queria avançar com números; - para quê? Para não comprometer os seus antecessores. Era só no sentido de proteger também o Dr. Alberto Souto, proteger a sua vereação, que afinal o Partido Socialista desta Assembleia Municipal, afinal não teve pudor nenhum em expor publicamente, como nós aqui estamos a ver.

E por isso acho óptimo e noto que o Partido Socialista aqui, já por várias vezes, disse que estava disponível para colaborar, para debelar esta dívida. Registo e faço votos para que realmente essas palavras, não sejam só palavras, mas sejam concretizadas em actos quando esta Câmara apresentar, agora sim, um Plano de Reequilíbrio Financeiro, com base em números que possam ser credíveis e que sejam assumidos por todos, que possam ter realmente o apoio do Partido Socialista.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [vot](#)

“Inscrevi-me essencialmente, para falar nesta matéria porque sou um homem das humanidades, não sou das contabilidades. No entanto a apresentação do Senhor Presidente foi meritória, apresentou três itens, a), b), e c), fez-me lembrar o Binómio de Newton, $a+b^2=c$.

E sabemos ao que isto conduziu, a um grande fluxo no passado, a muitas ideias e à sua inapropriação, razão porque me permito aqui, tentar relançar: $e=mc^2$, isto é, todas as contas que apresentaram, são todas tão relativas - conforme já aqui foram apresentadas, que nos escusamos de comentar.

Sendo que de facto, o valor absoluto, não é o somatório das parcelas prospectáveis ou perspectiváveis, são apenas aquilo que são e precisamente como dizia o meu camarada Pedro Pires da Rosa, queria de facto afirmar e reafirmar: - a dívida é muito grande, cento e sessenta milhões de euros.

É muito grande! E no sentido de contribuir ao apelo da união, porque este é um encargo de facto para todos os aveirenses. eu penso por mim próprio e contribuo com bastante mais, do que aquilo que é a dívida de cada um e gostaria que todos nós aqui, tivéssemos essa possibilidade também de participar com tudo isso, porque naturalmente estaríamos bem mais descansados e tranquilos.

No entanto, nós sabemos e era neste aspecto que queria contribuir, porque agora o que é necessário ter é competência, para apresentar o plano de reestruturação, é preciso ter-se competência, porquê? Não basta apenas falarmos de passivo, - quem me dera a mim, que me entregassem uma dívida de cem milhões de contos, com a perspectiva de um investimento, a

curto ou a médio, longo prazo, de cem mil milhões de proveitos. Era fácil. É resolúvel. O que é necessário, porque nós sabemos, como é que também a economia, - para dar um exemplo claro, toda a gente irá compreender, como é que se constitui uma grande barragem, com barragens subsidiárias, isto é, a água está lá. Hoje esta barragem está no limite inferior, mas os milhões de litros, estão lá todos, só mudam de sítio. Agora o que é necessário, é criar de todo esse passivo existente, - e só se cria passivo, isto é, só se cria activos reais concretos, quando fazemos passar tudo isso pela turbina. É termodinâmica. É aí que criamos a energia de todo esse passivo constituído.

Isto serve para quê? Para tentar explicar ao Senhor Presidente de Câmara, que não vale a pena estarmos muito preocupados com o passivo que efectivamente existe. Há que tomar medidas claras e é isso que é necessário, aqui, todos.

De facto já foi dito, nós somos todos tremendamente cáusticos, para com qualquer proposta que venha, de alguém que não seja do nosso prato de lentilhas, do “Guisado de Isau”, temos alguma dificuldade em compreender isso e portanto não aceitamos que as coisas sejam atributivas.

Pois já aqui foi dito, por todos os meus camaradas, continuo a reafirmá-lo, que a perspectiva de criação de riqueza, é tremendamente simples, desde que haja engenho, capacidade de gerar proveitos, de todo o passivo construído. Porquê? Porque nós não queremos crer, que o passivo constituído pelos exercícios anteriores, tenham caído em saco roto. Eles foram todos constituídos, para a obra constante, que todos os aveirenses vêm e é aí, e é sobre esse aspecto, que nós temos que ter e verter, a nossa grande preocupação, isto é, saber rentabilizar, criar os proveitos e os meios necessários, para planificar, de facto, passando algum pela turbina e tentando controlar os contentores, para manter alguma parte energética.

Ora bom, se porventura não tivermos a competência para tal, pois naturalmente e hoje, sente-se essa preocupação. Nós verificamos, que múltiplos dos nossos munícipes concidadãos se preocupam, com o estado em que a POLIS se encontra, - e se preocupam porque Aveiro, começa a deixar de ser atraente, para a criação e multiplicação de riqueza.

É necessário que haja o lampejo constante, em todas essas áreas e a Câmara não pode assobiar para o lado e ficando pendurada apenas e só, nas questões da pesada herança.

Senhor Presidente, é com este espírito, construtivo, de criação de riqueza, que eu espero que Vossas Excelências, que têm criado imensa riqueza, todos, que contribuam um pouco, cada um, com o seu “apport”, “know-how”, - no sentido, de não cruzarmos os braços, ficarmos irrepreensivelmente quietos à espera que o tempo resolva as questões.

Parafraseando um nosso escritor da terra, diria mesmo: - “se assim for, o tempo só fará falta e só vamos sentir a falta dele no fim”; ou como o George Agostinho nos diria: - “a vida é curta para a vida.”

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) ⁰²¹

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²²

“Eu fico um pouco espantado com o debate e até com a intervenção do orador que me antecedeu. E a primeira questão que se me coloca é isto: eu vivo em Aveiro há muitos anos, embora também viva noutra cidade, e do que me recordo, do que li nos jornais, do que se passou aqui nesta Assembleia, do que o Senhor Vereador Joaquim Marques na altura aprovou, não me consta que nenhum dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal anterior tivesse sido contestado. Se os compromissos foram assumidos por todos, a dívida é toda nossa, vossa, nossa, dos anteriores e de quem vem pagar a seguir. Quais eram os compromissos da Câmara Municipal anterior que esta Câmara não assumia? Quais eram? A Capitania? Todos os outros? Por isso não façamos demagogia! - Que é o que aqui tem estado a ser feito.

Primeiro, por isso a questão que se coloca é, na campanha eleitoral, a maioria que hoje governa a Câmara defendeu que a dívida era de cento e oitenta milhões de euros. Eu ouvi. Se assim é verdade, se já sabiam esse montante, qual é a surpresa? Nenhuma. Não precisavam de dezanove meses para actuar politicamente. Mais. É necessário que o PS vos dê o instrumento para trabalhar, para acabar a discussão!?! O PS percebeu que queriam manter isso sem tomar decisões políticas, veio aqui na primeira sessão e pediu um relatório para poderem serem tomadas decisões políticas — e por isso ele aí está.

A minha convicção política é que passaram dezanove meses e a dívida neste momento é maior que em Outubro de 2005. E a responsabilidade não é do anterior executivo. Veremos isso quando as Contas cá vierem no fim do ano ou no início do próximo ano. Se assim é, a questão da dívida. A dívida é grande, mas a dívida é boa ou má (como nos ensinou o Presidente Cavaco Silva), depende das obras, se a gente as aceita ou critica. Como ninguém criticou as obras que foram feitas, a dívida é virtuosa.

Agora é uma questão de projecto político. É uma questão de projecto político para resolver a dívida. E a questão que aqui se põe é: esta Câmara tem que ter um projecto político, para resolver a dívida, e o PS dará a sua ajuda. O PS deu a sua ajuda, fazendo este relatório, promovendo-o. O PS dá a sua ajuda, como já o fez aqui hoje, dando soluções.

O PS diz aos aveirenses isto: - pelo vosso discurso, que é o discurso da tanga, da actual maioria, não serão capazes de resolver a dívida, mas o PS ao ganhar as próximas eleições resolverá a dívida e continuará a ter uma visão de desenvolvimento para Aveiro.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [03](#)

“Finalmente - e há que dizê-lo de viva voz, finalmente chegamos a conclusões.

Acabou a dívida! Acabou a incerteza! Acabou a desordem financeira, que neste caso grassava este município. Porquê? Porque a partir de hoje, hoje temos conhecimento exacto, dos precisos termos em que a dívida é composta e a partir daqui esta Câmara está em condições de cumprir aquilo a que se destinou por via eleitoral (que desde o início nunca teve dívidas, nunca!). E não é preciso agora que o próprio PS venha chutar a bola, nem sequer se atrevendo a fazer a apresentação de medidas, nem sequer de soluções. É fácil apontar, mas nem uma. Zero. Do muito que se discutiu e se falou por parte da bancada do Partido Socialista, nem uma, mas já lá iremos.

Da leitura do documento, Senhor Presidente, é mais do que evidente - e a sua exposição foi objectiva nesse sentido, de que muito se deve; o passivo está aí. O PS vai pelos cento e sessenta e oito milhões, nós efectivamente duzentos e cinquenta milhões. É incrível, é como é que o Partido Socialista se atreve a dizer “são meros cento e sessenta e oito milhões, coisa pouca”. Vamos a isso. Coisa pouca! Coisa pouca! Não, não, porquê? Não, porque os próprios senhores acabaram por afirmar de que não há alarmismos, o senhor deputado Carlos Candal disse, não há alarmismos.

Meus amigos, para sermos abastados, antes disso, temos que ser honrados. E é o que esta Câmara está a fazer ao contrário do que sucedeu no passado. A dívida está aí, agora aquilo que é preciso dizer, era o que não estava registado, e se nós atentarmos àquilo que consta do relatório veremos, a POLIS, o Beira-mar, Florinhas do Vouga, Figueiredo Dias, RODIMA, Capitania, REFER, tudo isso, sem “rei nem rock” — ninguém sabia!?! E isso são responsabilidades, são compromissos que irão ter que ser pagos. Isso está registado, isso tem que ser cumprido. Desculpas? Não há desculpas. Querem dois exemplos como este executivo atacou de peito e de frente os problemas. Dois. A Pista de Remo que era uma coisa que estava engavetada por concluir e hoje está aqui em cima da mesa. Outra, a VITASAL ainda recentemente, dois exemplos.

Portanto não há desculpas. Quando à esquerda mais de lá da ponta diz: é assobiar para o lado e arranjam desculpas! Estão aqui dois exemplos. Há que ser sério. Aqui há que ser sério e honesto do ponto de vista intelectual.

É facto, e facto assente, que a situação da Câmara do ponto de vista financeiro é grave. O Senhor Presidente teve a ombridade, teve a humildade e teve a sagesa suficiente para aqui reconhecer que o ónus importa a cem mil euros diários. Em termos úteis e nesse sentido, estamos a falar de uma cativação de fundo ao serviço da dívida, elevadíssimo, para este município e isso há que dizê-lo de forma clara e aberta. E estamos a falar de um ónus para as gerações vindouras, não tenhamos disso dúvidas. Essa é que é essa. É uma verdade insofismável.

Costuma dizer-se e nesse caso o povo é sábio, quanto dita isso: “ser previdente, é sacrificar alguma coisa no presente para aproveitar no futuro”. Guardar nos dias de prosperidade para os maus dias que não queremos passar, mas não sabemos se hão-de vir. O problema é que em Aveiro, eles já cá estão e foram deixados pelo anterior mandato. Essa é que é essa!

E nesse sentido, nós não podemos esquecer que temos que ter em linha de conta, que a pesada herança, não é passível de interpretações. Está aí - duzentos e cinquenta milhões, está aí. Não é mentira, é uma verdade e está à vista de todos.

Propõe o Partido Socialista que se adquiram novos empréstimos? Pois bem. Mais dívida para solucionar velhos problemas que foram deixados pelo mesmo Partido Socialista e vem agora falar no activo, no acerto patrimonial! É curioso, é curioso ver isso. O activo patrimonial! Pois bem, onde é que ele está? Se nos recordarmos e se fizermos uma resenha histórica ao início do mandato do Dr. Alberto Souto, lembramo-nos que o Senhor Dr. Alberto Souto reclamava um passivo de um milhão de contos que alegadamente terá sido deixado pelo Prof. Celso Santos. Pois bem, pois bem. Na primeira comunicação está lá, vejam, - o valor apurado muito mais baixo do que este e nessa altura o Presidente Alberto Souto reclamava e queixava-se, do que é que iria fazer. Pois bem, o que é que dirá esta Câmara com um passivo de duzentos e cinquenta milhões, pergunto eu? Pois bem, é fácil falar, mas falemos de obra, obra constante, falava-se há pouco, obra “soutista,” pois vamos a ela. Façamos um passeio pela cidade, vamos a isso. Começando pelo edifício da Câmara. Os custos da restauração daquele edifício estão pagos? O Teatro Aveirense está pago? A Capitania e os seus encargos, não esquecendo aquilo que foi há pouco referido, com a casa ou com as entregas que tinham que ser feitas como compensação ao Senhor Capitão.

Estacionamento na Praça Marquês do Pombal e a sua concessão. O viaduto das Glicínias, que mais não foi do que contrapartida das unidades comerciais que lá estão. Os acessos às demais unidades, estamos a falar do Carrefour e o viaduto da cidade. Este foi pompa e circunstância, nas vésperas de eleições pelo Presidente Alberto Souto, com uma contra partida da CP. Afinal, analisando, onde é que se gastou o dinheiro? Onde é que ele está? É caso para se perguntar. Andou esta Assembleia Municipal durante oito anos a discutir com o Sr. Dr. Alberto Souto o quê? O quê?

Ora bem, andou-se a discutir. E o Senhor Raúl Martins sabe bem disso - andou-se a discutir rácios de capacidade de endividamento e engrossaram-se as despesas. Despesas essas, muitas delas também com o Pessoal. A chamada engorda municipal. E a bancada socialista o que andou a fazer? É caso para se perguntar. O que andou a fazer? Onde estiveram as fiscalizações? Onde estiveram as propostas? Onde estiveram as soluções? Zero. Nada. E isso é que deve ser dito. É a livre crítica como o Dr. Carlos Candal há pouco falava, é a livre crítica. Onde é que ela existiu há oito anos atrás? Zero, e é isso que tem que ser dito.

O futuro? Pois bem meus amigos, o futuro será marcado por dificuldades, muitas dificuldades. Não se ria Dr. Raúl Martins, não se ria, a verdade é esta. Há uma injustiça aqui. Há uma injustiça no investimento municipal, que está feito, porque compromete o futuro das gerações

que hão-de vir e essa realidade o Senhor não pode desvirtuar. Essa, não podemos também escamotear.

Falamos nas promessas, falamos naquilo que está aferido, pois bem, mas levantam-se alguns arautos – não, não, não digam mais, calem-se, não digam mais, porque senão não há mais nada para ninguém, não é assim deputado Orlando Terra Seca? Calem-se, não digam mais nada. Eu tenho para dizer que, é preciso ser honrado, é preciso ser sério, é preciso ter consciência dos problemas.

Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga, eu se estivesse no seu lugar, a primeira coisa que teria feito seria exactamente isto que foi feito, apurar o que foi deixado, antes de começar a tomar um rumo e o projecto que está definido nos compromissos eleitorais, para o qual o povo de Aveiro, soube eleger e soube votar, essa é que é a questão fundamental. Empréstimos? Pois bem. É fácil falar do lado de fora, quando o problema está constituído. Pois bem, mas cremos nós, que é tempo de virar a página. É tempo de tomar um novo rumo, o rumo da história de Aveiro.

Temos a certeza, que com estes números, com esta realidade apurada, que estaremos em condições, tal como estivemos desde o início Senhor Presidente, disso eu não tenho dúvidas, nem Aveiro terá, de que o prefácio dessa história está concluído. Tenhamos nós, tal como tivemos desde o início, a coragem de continuar este rumo, que eu sei que o Senhor Presidente é capaz. Vamos escrever o futuro, o futuro que se aproxima, sempre, já e abandonemos esta novela “soutista”. Já chega. Senhor Presidente, tem tudo nas suas mãos. Acredite em nós, que nós estamos consigo.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [024](#)

“Vou libertar a Assembleia da chatice de ouvir um improviso que tinha escrito e vou passar muito brevemente, duas ou três referências, que entendo serem de relevar, de acontecimentos desta Assembleia.

Entenderão que em primeiro lugar e julgo que foi uma grave falha de todos os deputados que o não fizeram, temos que felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela forma como tratou este processo — séria, empenhada, e responsabilmente. Entendemos que é efectivamente assim que um líder, que um responsável autárquico deve agir.

Outro comentário que tenho a fazer e perdoar-me-ão os senhores deputados da bancada socialista, é que eu julgava que os senhores eram amigos do Dr. Alberto Souto! Mas hoje parece que está aqui demonstrado que todos os passos que deram a tentar minimizar a retirada razoabilidade e a razão da maioria, virou-se exactamente contra os senhores e infelizmente também contra o nosso Presidente de Câmara durante oito anos.

Ficou aqui demonstrado, que efectivamente, durante oito anos, o executivo socialista foi cego, surdo, e mudo, às realidades e às palavras e às recomendações que lhe eram dadas e daí, passava de imediato a uma resposta ao Sr. Dr. João Pedroso, que nunca gostei tanto de o ouvir como hoje. Porque o Senhor também “grita”, também tem força, é que foi muitas vezes, criticada a acção do Dr. Alberto Souto, inclusivamente por elementos da bancada do partido socialista. E nunca o Sr. Dr. Alberto Souto, nem quem o rodeava, teve, da parte dele, o sentido e a humildade para ouvir e também a disponibilidade para escutar em quem ele tinha mais confiança e que ele devia escutar; não foi verdade.

De qualquer forma, o Sr. Dr. falou aqui em demagogia. Não é demagogia! Quem pediu, porque não acreditava nos números que nós dizíamos, porque sejamos claros, esta Auditoria, não foi pedida pelo Partido Socialista porque queria saber a verdade, é que estavam desconfiados que nós mentamos sobre a realidade — e foi preciso decorrer, hoje, nas palavras de Vossa Excelência, e prever dezoito meses para que o Partido Socialista, a oposição em Aveiro, desculpem o termo “dobrasse o joelho” e reconhecesse (e vou já demonstrar porque o digo) o

facto da verdade e da justiça com que o Partido Social-Democrata e o CDS, em coligação, e em responsabilidade de gestão municipal, diziam que efectivamente era dívida, o encargo, enorme e brutal.

Disse o Dr. Raúl Martins que a dívida é preocupante, mas que não é fatal. Ainda bem que também não acompanha o Ministro Mário Lino quanto ao aeroporto para a OTA. É que eu tenho um amigo que por ironia costuma dizer: depois de um indivíduo ter dez cancros, mais seis não vão estragar a saúde ao doente.

Eu queria relevar, porque essa é a parte importante, em meu entender, é que ouvi aqui da parte do Dr. Carlos Candal, da parte do Dr. Raúl Martins, da parte do Dr. Pires da Rosa, da parte do Senhor Deputado Terra Sêca, da parte do Dr. António Rodrigues, e quase, quase, da parte do Dr. João Pedroso, porque ele não quer que isto vá avante, porque ele quer vir tomar conta da dívida e tratar disto tudo e que a gente perca as eleições. Houve aqui um aspecto comum, a disponibilidade da parte do Partido Socialista e da bancada do Partido Socialista, para se disponibilizar e estar de facto aberto a participar e a colaborar com as medidas que este executivo vai apresentar. Temos que fazer o registo. Eu não acredito que haja propostas desonestas. Eu julgo que não haverá aqui propostas desonestas. Sérias, é evidente que são.

Aceito tudo desde a hora que aceitem os senhores, que estão disponíveis, e que nós lá iremos ver. Não tem custado e era isso que não podia passar e não tem custado, porque efectivamente com uma intromissão da parte da Inspeção Geral de Finanças, que veio aqui com um relatório preliminar, que em vez de informar acabou por vir complicar. Depois das exigências que colocaram e agora chegar a fazer “munha e caramunha” dizendo que se perderam dezoito meses eu não sei o que entender, nem o que dizer!

Mas concluindo, porque urge fazê-lo, Senhor Presidente, em boa hora aguardou, apresentou e convenceu. Porque da nossa parte já tinha exactamente a garantia e a certeza que estaremos sempre ao lado das posições que este executivo tiver.

Felizmente saímos daqui mais todos enriquecidos e Vossa Excelência mais descansado, porque afinal e finalmente a oposição reconhece que há uma necessidade de esquecer a “partidarite” e a demagogia e disponibilizou-se para colaborar com Vossa Excelência também, para que se encontrem as melhores soluções para a cidade e para o concelho.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“O Senhor Deputado Paulo Anes, apelidou a bancada e a mim e isso ofende-me, de “caloteiros”. E quero lhe dizer Sr. Arquitecto que não admito isso a ninguém, que me chame caloteiro, porque eu durante a minha vida nunca devi graças a Deus nada a ninguém e só me meto em calças que posso pagar.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰²⁶

“Apenas três notas, depois o Dr. Pedro poderá fazer mais esclarecimentos complementares. A primeira nota tem a ver com o exemplo feliz dado pelo deputado Raúl Martins, da tal promessa que fez à sua neta de no dia do casamento lhe oferecer um carro. E penso que esse exemplo na forma como foi colocado espelha a diferença de opiniões, que aqui há na Assembleia, em relação a este assunto.

O Dr. Raúl Martins deu o exemplo nestes termos. Eu prometi um carro à minha neta no dia do casamento, eu vou-lhe dar um carro. Isso não será uma dívida, é um compromisso que o Dr. Raúl Martins assumiu com a neta. O problema é que a Câmara não se limitou a prometer um carro. O problema é que a Câmara foi comprar um carro e a relação do exemplo que devia ter sido dado para ser mais claro é, não na promessa feita à neta, mas no carro que foi comprado a um concessionário e que não foi pago.

Nós quando falamos aqui, o que está aqui lançado, quer no grupo b) quer no c), são casos concretos. Nós estamos aqui na Capitania, houve uma intenção de no futuro vir a fazer uma troca. O que está aqui em causa não é uma promessa à neta, o que está aqui em causa é, se a dívida que foi assumida, no concessionário a comprar o carro, se deve ser paga ou não deve ser pago.

O Sr. António Regala. Partilhar das questões que aqui colocou em relação a algumas dúvidas que este relatório suscita. Todos nós gostaríamos naturalmente que fosse um relatório que fosse simples, directo, objectivo, chegasse a um número que fosse consensual por todos. Pronto, isso é um facto que também nos preocupa e porquê? Porque a situação é de tal forma complexa e vasta que nem os técnicos, os especialistas no assunto, conseguem apurar um resultado e um número que seja claro, que seja definitivo, que seja consensual.

Há algumas situações que ninguém consegue quantificar. Não sei se a culpa é dos técnicos, se é da situação - embora me incline mais para a segunda questão e isto é preocupante.

É preocupante que dezoito meses passados, depois de duas Auditorias feitas por entidades competentíssimas, por inúmeras análises técnicas feitas, ainda haja alguma nebulosidade e alguma confusão nestes números. Isto parece-nos que é (nós todos certamente gostamos das coisas simples, claras) algo que ainda é grave.

Quanto ao Dr. Pedro Pires da Rosa, a questão dos dezanove meses. Eu comecei exactamente a comunicação por referir esse aspecto, e referi mês a mês, processo a processo, situação a situação, a forma como tudo evoluiu, como esta Auditoria decorreu, desde a deliberação desta Assembleia em Dezembro até hoje. Há procedimentos legais que nós temos que cumprir. Nós éramos os primeiros a querer que rapidamente a Auditoria ficasse concluída.

Agora há esses procedimentos, há uma lei que tem que ser cumprida e nós cumprimo-la e penso que conduzimos o processo com a elevação, com o respeito institucional, que todos os processos exigem.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰²⁷

“Julgo que não foram colocadas questões, mas foram tecidas algumas considerações que eu acho que é importante pelo menos transmitir a minha opinião.

O Dr. Candal falou de várias situações, aliás vários de vocês falaram da pesada herança e eu nos últimos tempos tenho pensado porque é que se falava tanto na pesada herança. Porque é que nós falávamos tanto na pesada herança!? E então, se calhar, propúnhamos um exerciciozinho a cada um de vocês, principalmente ao Partido Socialista - vejam quantas vezes vocês falaram da pesada herança, cada um de vocês, e quantas vezes eu falei da pesada herança, e no final façam o “deve” e o “haver”.

Mas em relação ao que o Dr. Carlos Candal disse, em relação à questão do Património, se calhar vamos ficar surpreendidos quando for concluído esse processo, de facto em relação ao património, que estas dívidas suportam.

Deputado Jorge Afonso, a Câmara Municipal não tem nenhum medo de Orçamentos Participativos. Aliás, eu acho que ficou bem explícito na minha intervenção na última Assembleia. Não é aqui isso que estamos aqui a tratar. Mas não temos medo nenhum e estamos a caminhar nesse sentido, só que devagarinho, que é para as coisas serem bem feitas.

Quanto ao Estádio, encargos da dívida — cerca de quinze mil euros/dia, mais os encargos de manutenção.

Deputado Raúl Martins, fiquei um bocadinho surpreendido com a sua intervenção! Não estava nada à espera que fosse deste género a sua intervenção. Mas só lhe dizer duas coisas: em relação às provisões, os quatro milhões, oitocentos e trinta e oito que estão lá, não são só em relação aqueles dez casos, partes desses dez casos e partes de outras situações e, portanto, não é líquido estar a unir as duas coisas. E por isso é que nós analisamos aqueles dez casos que são os mais relevantes e que nós achamos que ainda terão mais responsabilidades.

Como o Senhor Presidente falou, as finanças públicas são muito diferentes das finanças caseiras. E como alguém dizia, falta aos políticos é terem a contabilidade das donas de casa. Se calhar falta! Mas também não é bem a mesma coisa e a prova disso é que estamos aqui a discutir compromissos que são responsabilidades que temos perante terceiros e que se calhar em termos de casa a gente fá-los de outra forma e tem muita noção quando os faz — e isso se calhar foi o que a Câmara anterior não teve, foi não ter essa noção do que estava a assumir.

Em relação à dívida muito grande. Disse que os números das auditorias são iguais. Há bastantes diferenças até na forma de contabilizar as coisas. Mas houve uma coisa que eu fiquei surpreendido por aquilo que não disse, que é não estavam nas Contas e foram Contas que passaram neste órgão de fiscalização, que é um órgão de fiscalização autárquico por excelência — faltavam lá quarenta e um milhões e meio de euros!?

Deputado Terra Sêca, gostei muito da sua expressão: “se calhar vamos deixá-los andar” e “era mau revelar as contas”. Se calhar precisa de perguntar ao seu colega Raúl Martins, que os nossos empréstimos são nossos “spreads” são atribuídos com base num “ranking” e um “ranking” é com base na fiabilidade das Contas. E portanto, isso de andar a esconder as coisas para podermos ir aos bancos pedir dinheiro mais barato, se é isso que pretendeu dizer, quer dizer espero que não seja isso!

António Regala, fiabilidade, controlo interno, regulamento interno. Há uma coisa que é importante acontecer para haver um regulamento interno eficaz. É o regulamento interno adequar-se ao organigrama interno. O nosso organigrama interno tem muitas lacunas e nós estamos a trabalhar também nisso.

Pedro Pires da Rosa, não gostei (ele não está cá, mas não posso ficar sem dizer isto) porque a intervenção não foi correcta em muitos aspectos. Nomeadamente em relação à questão de eu não ter posto o total. Sei que foi uma exposição em que estava com o PowerPoint e eu estar a falar e é difícil atender às duas coisas, mas de facto eu pus lá o total.

De qualquer maneira, transmitir-vos o seguinte: falou de várias questões, do programa da dívida e que nós tínhamos ganho com o programa da dívida, com o problema da dívida. O nosso programa eleitoral foi sufragado portanto aconselho-vos a lê-lo.

Há uma coisa que não gostei que disse o Dr. Pires da Rosa, que é em relação à citação que eu fiz, quando cita, cita com verdade aquilo que eu digo e, portanto, acho que isso ao menos essa responsabilidade deve ter.

Em relação ao comentário que fez o deputado António Rodrigues dizer-lhe que gostei muito da sua intervenção, por vários aspectos interessantes e em relação à questão da dívida. De facto a dívida é muito grande. Mas não é aquilo que mais nos preocupa. Nunca o foi e já o disse aqui várias vezes e por isso é que vocês têm que compreender que o que nos preocupa não é só a dívida. É a responsabilidade que nós temos perante terceiros, essas é que são mais importantes. Porque todos os dias as pessoas nos batem à porta. Isso é que é o importante. Por isso é que nós não focamos só a questão da dívida, mas todos os compromissos que temos perante terceiros.

Houve outra coisa que disse que eu acho e que não é correcto que é o passivo fez obra, fez com certeza, mas o passivo não é só de obra.

Joaquim Marques, acho que respondi à questão dos procedimentos internos.

João Pedroso, mais uma vez a questão da dívida dos cento e oitenta. Deixe-me dizer isto: quando foi a questão dos cento e oitenta, eu falei da questão do leaseback e o que é que nós podíamos fazer em relação ao leaseback. Eu já disse aqui no outro dia na Assembleia, o leaseback tem cláusulas que nenhum leaseback tem, em lado nenhum que eu tenha visto. Eu trabalhava na banca, portanto sei muito bem. Portanto as cláusulas que alguns contratos que a Câmara fez tem, são do mais inacreditável possível e impedem por exemplo que a gente resolva o contrato de leaseback; impedem que seja resolvido o contrato do leaseback.

Em relação às tomadas de decisão nesta Câmara e à responsabilidade pelo passivo, que nós podemos, se aumentar a culpa é nossa.

O senhor mais uma vez e eu acho que vocês não devem ter visto bem os slides que eu mostrei. A dívida de curto prazo gera dívida - dezasseis mil euros ao dia — que no final do ano dá qualquer coisa como seis milhões de euros, só de curto prazo. Gera qualquer coisa como seis milhões ao ano. Tudo o que for acima disso, sim senhor, pode culpar este executivo, tudo o que for abaixo, desculpe que lhe diga, tenho que dizer que nós fizemos alguma coisa.

Dívida virtuosa!?. Mais uma vez eu acho que não sabe do que está a falar. Porque a dívida virtuosa usa-se em termos de investimento e mais uma vez, eu já lhe disse aqui, que nem toda a dívida é de investimento, e voltou a frisar a questão do discurso da tanga.

Façam aquilo que disse no início, somem as vezes que vocês falaram sobre isso e aquilo que eu falei sobre isso.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰²⁸

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³⁰

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰³¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³²

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa⁰³³, deu por encerrada Sessão Extraordinária de Maio.

Eram 01:00 horas do dia 26 de Maio de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)